

Centrais retomam pressão por salário mínimo de R\$ 580

As centrais sindicais pretendem atuar em duas frentes para pressionar por um aumento real que leve o salário mínimo dos atuais R\$ 540 para R\$ 580. A estratégia é abrir negociação tanto com o Palácio do Planalto como com o Congresso Nacional para assegurar a aprovação do novo valor e evitar que ele seja vetado pela presidente Dilma Rousseff. Os sindicalistas querem mais que dobrar o reajuste: 13,7%. A inflação acumulada desde o último reajuste, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), foi de 6,47%.

O piso salarial de R\$ 580 é um dos principais itens da agenda de negociações da Força Sindical e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) neste início de 2011. Na semana passada, o presidente da Força Sindical e do PDT em São Paulo, deputado federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, protocolou emenda parlamentar que eleva o mínimo para R\$ 580.

A primeira reunião das centrais sindicais neste ano está marcada para amanhã (11/1), às 10 horas, na sede da União Geral dos Trabalhadores (UGT), na capital paulista. O secretário geral da CUT, Quintino Severo, diz que nesta semana a entidade trabalha para viabilizar conversas com o governo federal, em especial com a Casa Civil. A meta é acertar uma agenda de reuniões com os titulares das pastas do Trabalho, Planejamento e Fazenda. A Força Sindical quer iniciar negociações com o governo em fevereiro - o secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, está em férias e só retorna na última semana de janeiro.

De acordo com Severo, o assunto já havia sido tratado no ano passado com o então ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. "Mas acabou não dando resultado", afirmou. A entidade pretende dar prioridade, pelo menos no primeiro momento, à negociação com o governo federal. Paulinho aposta em um acerto com o governo, mas já mobiliza uma frente parlamentar que atue para aprovar um reajuste maior do mínimo. De acordo com Paulinho, lideranças do PTB, PV e PCdoB foram procuradas em conversas informais. "O objetivo é tratar com todas as siglas para mobilizar uma frente", afirmou. O Congresso deve votar a proposta em março.

O PDT tem pressionado o governo federal a revisar o valor em troca do apoio à candidatura de Marco Maia (PT-RS) à presidência da Câmara dos Deputados. A questão foi tratada em reunião promovida na semana passada, na capital paulista, entre parlamentares do PT e PDT. Além da elevação do mínimo, os pedetistas apresentaram como condição de apoio à indicação de Maia nomeações para postos na máquina federal e maior espaço na Casa Legislativa.

(Estado)